

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Coetaneu Alvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## O processo é muito maior que o problema

O jornal é uma espécie de check-up diário da sociedade em que circula. Nos últimos tempos, mais particularmente depois do fracasso da "terapia" do Plano Cruzado, o que os jornais vinham revelando sobre o organismo social brasileiro, por meio de dados estatísticos concretos publicados diariamente, era uma progressiva obstrução das coronárias da economia nacional. Não seria exagero dizer que essa obstrução já era da ordem de 90%. Mais grave do que esse simples dado é o regime que, até aqui, a Assembléia Nacional Constituinte vem preservando para o organismo social brasileiro; é a garantia segura de que, sem uma intervenção cirúrgica, a obstrução seria total. Poucas semanas de vigência desse regime, com as "gorduras" da dieta do capital estrangeiro, do aumento da carga tributária e do brutal aumento dos encargos sociais das empresas privadas, o enfarte seria fatal.

Na semana passada os jornais noticiaram a intervenção cirúrgica com a instalação de seis pontes de safena nessas coronárias.

Estamos falando, é claro, das novas políticas industrial e comercial anunciadas pelo governo, que cria as condições legais para a inadiável modernização do sistema produtivo nacional, ao permitir um saudável afrouxamento da rigidez burocrática sobre as atividades produtivas que liberará as formidáveis potencialidades do setor privado que os nossos constituintes fazem tudo para conter.

Ao instituir a nova política industrial e redefinir a política comercial, para adaptá-la ao estágio atual de desenvolvimento do setor manufatureiro, eliminando o excesso de proteção existente, o presidente Sarney atingiu o ponto culminante de seu governo, rompendo com a inércia dos três primeiros anos de mandato, quando, para infelicidade nossa, o PMDB exerceu a sua ditadura econômica. Agora, como disse o chefe da Nação, a abertura democrática chega ao setor econômico: "Completamos a obra de redemocratização do País. Não tinham chegado, até este instante, ao setor econômico de nosso país, os benefícios da liberdade".

É exatamente o que vinha acontecendo. Preocupados exclusivamente com a remoção do entulho autoritário político, os chefes do PMDB não se deram conta de que o entulho ditatorial econômico permaneceu intocado, uma vez que os economistas do PMDB, enquanto estiveram no poder, permaneceram rigorosamente dentro da linha estatizante e burocratizante dos governos dos generais.

A nova política industrial, se for realmente aplicada, estimulará o investimento produtivo, facilitará importações de tecnologia e bens de capital e mudará a estrutura do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), que, segundo as palavras do seu secretário-executivo, Ernesto Carrara Júnior, vai deixar de fazer análises casuísticas e partir para análises de forma integrada. Será o fim da política protecionista que predominou na fase de substituição de importações, responsável, segundo Carrara, por grandes distorções, como o absurdo caso de um relógio digital para automóvel, que custa 50 dólares para ser fabricado no Brasil e pode ser comprado no Exterior a 3 dólares!!!

As prioridades da política industrial passam desde já, a ser o desenvolvimento tecnológico dos programas setoriais de ponta e o aperfeiçoamento do conceito de índice de nacionalização. A produção de um bem no País a qualquer preço deixa de ser uma imposição. Começa, portanto, um novo estilo de relacionamento entre o Estado e o setor privado, inspirado por critérios de eficiência e racionalidade.

Essas medidas do governo Sarney representam a melhor maneira de estimular o desenvolvimento brasileiro e de realmente contribuir para melhorar as condições de vida dos setores mais pobres da população. "Seria um erro grosseiro" — disse com plena razão o presidente — "buscar os resultados sociais, que todos nós almejamos, punindo a iniciativa privada e as empresas." Esta é uma verdade transparente que só a maioria dos nossos constituintes se recusa a admitir.

Estes, até aqui, não hesitaram em cometer esse erro mencionado pelo chefe da Nação. Eles são pródigos na distribuição de benesses que enganam o eleitorado, mas nunca cogitaram de criar condições para o fortalecimento da economia brasileira, que é quem paga as contas da sua prodigalidade.

Eles não sabem (ou fingem ignorar) que, como salientou o presidente Sarney, "o Brasil não pode perder o momento histórico. Somos a oitava economia do mundo e temos capacidade para saltar para a vanguarda da economia mundial. Temos as bases para empreender o domínio de novas tecnologias: recursos naturais e recursos humanos, uma importante comunidade científica, um amplo parque industrial e um empresariado dinâmico e moderno". Só o que não temos é políticos à altura do momento que vivemos.

Exemplo típico desse dinamismo é o desempenho das exportações brasileiras, competindo com a produção de outros países mais desenvolvidos, que em abril nos garantiu um superávit comercial recorde de 1,9 bilhão de dólares. Só isso basta para dar fundamento à afirmação do presidente Sarney de que temos condição de abrir mais a nossa economia, aumentar a produtividade e disputar mercados no mundo inteiro. O velho modelo de substituição de importações há muito esgotou suas pos-

sibilidades, mas ainda persistem as regulamentações e os organismos burocráticos surgidos nessa fase do desenvolvimento brasileiro.

Os decretos assinados pelo presidente da República representam o primeiro golpe de aríete da racionalidade contra essa fortaleza burocrático-legal. Estão criadas as bases para uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro, com ampla margem de liberdade para as empresas privadas nacionais e estrangeiras, sem distinções artificiais como a que os nacionalistas rançosos da Constituinte conseguiram incluir no texto constitucional.

Tem razão o deputado Delfim Netto, que é um dos grandes responsáveis pelo excesso de regulamentações que entravam nossa economia, mas que hoje "está regenerado", quando adverte que a nova política industrial entra em choque com a nova Constituição, na qual foram incluídos dispositivos que na prática invalidam tudo o que acaba de ser aprovado pelo governo Sarney.

Mas quem pode duvidar do resultado desse choque? O Estado, cujos poderes os constituintes querem aumentar ao mesmo tempo em que assestam novos golpes no setor da economia nacional que deve sustentá-lo — o setor privado —, é aquele que o seu atual chefe, o presidente Sarney, descreve no discurso em que anunciou a nova política industrial: "O Estado, no Brasil, está atravessando uma crise profunda... não dispõe de recursos de nenhuma natureza para investimento... e ameaça comprometer o desenvolvimento, ameaça comprometer os programas necessários de energia, de transporte, de telecomunicações, enfim, comprometer também aqueles serviços fundamentais que o Estado tem a obrigação de prestar à sociedade, serviços de saúde, de educação e de bem-estar social que cada vez mais se deterioram". Esses serviços que os constituintes ampliaram desbragadamente no papel da nova Constituição, com a irresponsabilidade que é a sua marca. Agindo assim, eles estão cometendo o mesmo erro fatal que cometeram os homens do PMDB ao sustentar o Plano Cruzado depois que ele já estava morto, a fim de ganhar uma eleição — o engodo da nova Constituição será percebido pelo povo brasileiro mais rapidamente do que o foi o engodo daquele plano, porque o colapso do Estado brasileiro e da economia brasileira, em geral, seguir-se-á imediatamente à entrada em vigor da Constituição se a nova política industrial não prevalecer sobre ela. Somente com o revigoramento da economia nacional, que essa política certamente proporcionará, e com a redução do tamanho do Estado que o ministro Mailson da Nóbrega está tentando promover, os autores desse monstro constitucional escaparão de um ajuste de contas com o povo que estão enganando, que marcará o fim de suas carreiras e o fim de mais uma tentativa de implantar a democracia neste país.

Por isso acreditamos que o presidente Sarney não estava sonhando quando, ao apresentar a nova política industrial, dizia: "A crise começa a passar. Há sinais claros de um novo período marcado por ativa inserção no sistema econômico internacional pela modernização e por grandes conquistas tecnológicas, por um período de absoluta racionalidade".

Para que seus vaticínios se cumpram, basta que os empresários do setor privado se engajem com todo o entusiasmo nesse processo de modernização do País, abandonando corajosamente as cautelas com que receberam o anúncio da nova política, por temerem a perda da proteção estatal com que contaram até agora.

Eles têm de aceitar o desafio no momento em que parece que também no Brasil chegou a vez do setor privado, que no mundo da modernidade assume a liderança do processo econômico.

Em excelente reportagem sobre a Comunidade Econômica Européia, que entrará em pleno funcionamento dentro de quatro anos, publicada no último número da revista Veja, temos esta observação de um funcionário da CEE sobre os problemas entre governos que ainda terão de ser resolvidos até aquela data: "No fundo, os governos são os maiores inimigos da construção européia. A Europa se fará sob o impulso das empresas e da opinião pública. Siemens, Olivetti, Thomson — são elas que farão a Europa".

Aqui no Brasil o governo está convocando as empresas para que, junto com ele, façam o Brasil. Os inimigos dessa construção esgotando, na redação de um texto constitucional que violenta a realidade brasileira, o que lhes resta de força.

Ainda é tempo de eles voltarem atrás, depois de meditar sobre o significado das palavras do pai da Comunidade Européia, Jean Monnet, citadas na mesma reportagem. Jean Monnet, que morreu antes de ver seu sonho realizado, respondendo a alguém que falava num problema tarifário como se fosse um obstáculo ponderável à realização da união econômica da Europa, dizia: "Escute meu amigo, isto é um processo, não uma negociação tarifária. Estamos construindo um mercado para todos os europeus. O processo ainda está no início e o problema de que você fala será resolvido, porque não há outro jeito. O processo é muito maior do que o problema".

Como o processo brasileiro, que é muito maior do que o problema de uma nova constituição que não tem nada a ver com ele.